

DOI: <https://doi.org/10.58871/conaeti.v4.14>

INTEGRAÇÃO DAS TICs NO SUS: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA TELEMEDICINA NO BRASIL

INTEGRATION OF ICTS INTO THE SUS: ADVANCES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES ON TELEMEDICINE IN BRAZIL

TALITA DA SILVA LIVRAMENTO SOUZA

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR. Graduanda em Gestão Pública pelo Centro Universitário Unifatecie.

THAIS DA SILVA DO LIVRAMENTO

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

JOÃO VICTOR SANTANA CAVALCANTE

Graduando em Enfermagem pela Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR.

EDSON SOUZA SILVA

Mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

RESUMO

Objetivo: este estudo tem como objetivo analisar os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no sistema de saúde pública brasileiro, com ênfase na telemedicina e no programa Telessaúde Brasil Redes, investigando avanços, desafios e as perspectivas de melhorias nos atendimentos prestados. **Metodologia:** utilizou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, com revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais relacionados às políticas públicas e à incorporação das TICs no SUS. Foram analisadas diretrizes como a Resolução nº 2.314/2022 do Conselho Federal de Medicina e portarias vinculadas ao Telessaúde Brasil Redes. A seleção de fontes incluiu artigos indexados em bases como SciELO e PubMed, considerando trabalhos publicados nos últimos 10 anos. **Resultados e Discussão:** os resultados demonstraram que o uso das TICs no SUS trouxe avanços significativos, especialmente na ampliação do acesso à saúde em regiões remotas, otimizando recursos e reduzindo custos operacionais. A telemedicina facilitou consultas, diagnósticos e monitoramento remoto, aliviando a sobrecarga nas unidades de saúde e reduzindo o tempo de espera. Contudo, o estudo também destacou desafios importantes, como a falta de infraestrutura tecnológica em algumas regiões, a exclusão digital e a necessidade de maior capacitação dos profissionais da saúde. Essas limitações requerem investimentos em políticas públicas integradas e maior planejamento para garantir a sustentabilidade das iniciativas. **Considerações Finais:** A incorporação das TICs no SUS já apresenta impactos positivos na melhoria do acesso e da qualidade dos serviços, mas ainda há grande potencial a ser explorado. Com o planejamento adequado e a colaboração entre governo e sociedade, as TICs podem se consolidar como uma solução viável e indispensável para transformar o sistema de saúde em um modelo mais inclusivo, eficiente e equitativo.

Palavras-chave: telemedicina; gestão da saúde; políticas públicas.

ABSTRACT

Objective: This study aims to analyze the impacts of Information and Communication Technologies (ICTs) on the Brazilian public health system, with a focus on telemedicine and the Telessaúde Brasil Redes program, investigating advancements, challenges, and perspectives for improving the care provided. **Methodology:** A qualitative and exploratory approach was adopted, including a literature review and an analysis of official documents related to public policies and the incorporation of ICTs into the Unified Health System (SUS). Guidelines such as Resolution No. 2,314/2022 from the Federal Council of Medicine and ordinances related to the Telessaúde Brasil Redes program were analyzed. The selection of sources included articles indexed in databases such as SciELO and PubMed, focusing on works published over the last ten years. **Results and Discussion:** The findings demonstrated that the use of ICTs in the SUS has brought significant advancements, especially in expanding access to healthcare in remote regions, optimizing resources, and reducing operational costs. Telemedicine has facilitated consultations, diagnoses, and remote monitoring, alleviating the burden on healthcare units and reducing waiting times. However, the study also highlighted significant challenges, such as the lack of technological infrastructure in certain regions, digital exclusion, and the need for greater training of healthcare professionals. These limitations call for investments in integrated public policies and better planning to ensure the sustainability of these initiatives. **Final Considerations:** The incorporation of ICTs into the SUS has already had a positive impact on improving access and the quality of services, but there remains significant potential to be explored. With proper planning and collaboration between government and society, ICTs can solidify themselves as a viable and indispensable solution for transforming the healthcare system into a more inclusive, efficient, and equitable model.

Keywords: telemedicine; healthcare management; public policies.

1 INTRODUÇÃO

A expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas últimas décadas transformou significativamente diversos setores, incluindo a saúde pública. No Brasil, o uso de TICs representa uma solução promissora para melhorar o acesso aos serviços de saúde em um país marcado por desigualdades regionais. Entre as aplicações mais relevantes estão a telemedicina, que viabiliza o atendimento remoto, e o programa Telessaúde Brasil Redes, que nasceu com a proposta de integrar as tecnologias de informação e comunicação ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando a melhoria do acesso aos serviços médicos para populações em áreas remotas do país ou de difícil acesso.

O Brasil enfrenta desafios únicos em sua saúde pública, incluindo a distribuição desigual de profissionais e infraestrutura em regiões remotas e periféricas. Como descrito por Maldonado e Marques (2016, p. 2):

Telemedicina, em sentido amplo, pode ser definida como o uso das tecnologias de informação e comunicação na saúde, viabilizando a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde (ampliação da atenção e da cobertura), especialmente nos casos

em que a distância é um fator crítico. Acesso, equidade, qualidade e custo são os principais problemas enfrentados pelos sistemas universais de saúde em todo o mundo, em uma realidade na qual a população se apresenta crescentemente longeva e de mudanças nas características de saúde e doença, com particular prevalência de doenças crônicas.

O Brasil apresenta condições singulares para o avanço e a aplicação da telemedicina. A vasta extensão territorial, a existência de inúmeros locais remotos e de difícil acesso, além da distribuição desigual de recursos médicos de qualidade, são fatores que desafiam a concretização do direito à saúde de forma universal, integral e equitativa. Essas características evidenciam o grande potencial de crescimento e aplicação da telemedicina no país (Maldonado; Marques, 2016).

Nesse contexto, a incorporação de TICs no Sistema Único de Saúde (SUS) visa não apenas otimizar recursos, como também universalizar o acesso a atendimentos, tratamentos e diagnósticos. A problemática deste estudo gira em torno da seguinte questão: como as TICs podem contribuir para aumentar o alcance e melhorar o atendimento de saúde no Brasil, o que já foi feito e quais os desafios para sua implementação efetiva?

Para isso, faz-se necessário analisar do ponto de vista das políticas públicas a atuação do governo no sentido de promover a implementação das ferramentas tecnológicas necessárias para a efetivação da telemedicina no sistema público de saúde.

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das TICs na saúde pública brasileira, abordando avanços, desafios, políticas públicas que tratam do tema e oportunidades de avanço na ampliação do atendimento e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Será dado foco à telemedicina e ao Telessaúde Brasil Redes, por sua relevância no cenário atual. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental de publicações científicas, relatórios do Ministério da Saúde e legislações vigentes.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo, foi conduzida uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque exploratório. Como explica Gil (2017), a pesquisa exploratória tem como objetivo oferecer uma maior compreensão do problema, buscando torná-lo mais claro ou desenvolver possíveis hipóteses. O planejamento costuma ser bastante adaptável, pois é importante levar em conta diversos aspectos relacionados ao fato ou fenômeno analisado. A coleta de dados compreendeu a análise de publicações científicas e documentos oficiais relacionados ao tema,

incluindo diretrizes do Ministério da Saúde sobre o Telessaúde Brasil Redes e normativas de telemedicina, como a Resolução nº 2.314/2022 do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Os critérios de seleção dos materiais consideraram a relevância, atualidade e credibilidade das fontes; desta forma, foram selecionados trabalhos científicos dos últimos 10 anos, sempre que possível. A abordagem metodológica incluiu a revisão bibliográfica de artigos indexados em bases como SciELO e PubMed, além de relatórios institucionais.

A busca inicial resultou em um total de 47 artigos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, um total de 28 artigos foi selecionado para compor a revisão final. Os critérios de exclusão adotados foram: (1) artigos que não apresentavam relação direta com o tema; (2) publicações com metodologia inadequada para o contexto do estudo; (3) contextos muito específicos; e (4) artigos que não estavam disponíveis integralmente ou eram de difícil acesso.

A pesquisa bibliográfica foi adotada por possibilitar a ampliação de recursos, dados e informações possíveis sobre o tema. Lakatos e Marconi (2002) explicam que pesquisa bibliográfica, ou pesquisa de fontes secundárias, consiste na análise e coleta de informações que já estão publicadas e disponíveis publicamente sobre um determinado tema. Essa abordagem abrange uma variedade de materiais, como livros, artigos científicos, teses e estudos, visando oferecer um aprofundamento do conhecimento existente sobre o assunto em questão.

A análise qualitativa, ao ser aplicada aos dados levantados, visa extrair informações relevantes e compreender o contexto em análise. Foi adotado o modelo de análise desenvolvido por Bardin (1977), que se constitui basicamente em três etapas. A etapa de pré-análise envolve a organização inicial do material, como a leitura e a categorização preliminar das informações. Em seguida, durante a exploração do material, são identificados os temas, padrões e categorias que emergem do conteúdo, possibilitando uma visão mais sistemática e organizada dos dados. Finalmente, no tratamento dos resultados e interpretação, os dados são confrontados com os objetivos da pesquisa, permitindo a construção de significados e a compreensão dos fenômenos investigados, com base nas referências teóricas adotadas.

O levantamento de dados foi complementado com a avaliação de casos de implementação de TICs em contextos regionais do Brasil, permitindo a identificação de barreiras e potenciais soluções.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foram fundamentais no avanço da telemedicina, proporcionando soluções inovadoras para os desafios enfrentados no setor de saúde. A telemedicina, caracterizada pelo uso de recursos digitais para realizar consultas, diagnósticos e monitoramento de pacientes à distância, depende diretamente das TICs, como internet de alta velocidade, plataformas de videoconferência, softwares especializados e dispositivos médicos conectados. Cezário *et al.* (2024, p. 211) ainda informa que

Entre seus objetivos está a garantia de avanço, gerado pelo maior alcance de informações e serviços nas áreas de difícil acesso e menor movimentação de usuários nas unidades de saúde, evitando a sobrecarga dos estabelecimentos e profissionais, reduzindo custos, diminuindo a possibilidade de contaminação desnecessária e levando à redução do tempo de espera do atendimento, o que eleva a qualidade do serviço oferecido.

Essas ferramentas permitem ampliar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em regiões remotas ou com escassez de profissionais, reduzindo desigualdades no atendimento. Além disso, o uso das TICs promove maior agilidade nos processos de saúde, como o envio imediato de exames e o acesso remoto a prontuários eletrônicos, possibilitando tomadas de decisão mais rápidas e assertivas.

Para Harzheim *et al.* (2019), um dos grandes benefícios da aplicação das TICs na telemedicina é a redução de custos no sistema de saúde, tanto para pacientes quanto para instituições. Com a diminuição da necessidade de deslocamentos para atendimentos presenciais, os usuários podem economizar tempo e dinheiro, ao mesmo tempo em que os hospitais podem otimizar o uso de suas instalações. Outro aspecto positivo é a melhoria na continuidade do cuidado, por meio do monitoramento remoto de condições crônicas, como diabetes e hipertensão, utilizando dispositivos que capturam dados em tempo real e enviam aos médicos.

Os resultados evidenciam que a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, têm contribuído de maneira relevante para ampliar a cobertura de serviços e reduzir disparidades no atendimento não apenas do sistema de saúde público brasileiro, como também em todo o mundo. Nas palavras de Lapão *et al.* (2016, p. 66):

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a telessaúde envolve a prestação de serviços de saúde onde a distância é um factor crítico. A abordagem da telessaúde utiliza TICs para o intercâmbio de informações, diagnóstico, tratamento e

prevenção de doenças, pesquisa e avaliação, e para a educação continuada de profissionais de saúde.

O Programa Telessaúde Brasil teve seu surgimento em 2006, como uma iniciativa do Ministério da Saúde com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O programa nasceu com a proposta de integrar as tecnologias de informação e comunicação – TICs, ao Sistema Único de Saúde - SUS, visando a melhoria do acesso aos serviços médicos para populações em áreas remotas ou de difícil acesso, independente da região onde estivesse.

Dalmaso *et al.* (2016) explica que inicialmente, o foco era fornecer uma solução para a escassez de médicos em áreas isoladas, possibilitando que profissionais de saúde desses locais se conectassem com especialistas de outras regiões por meio de consultas à distância. O projeto começou com o uso de teleconsulta e telediagnóstico, proporcionando atendimento médico especializado sem que o paciente precisasse se deslocar por longas distâncias. “Considera-se Telessaúde, então, um conceito amplo, referindo-se ao uso de tecnologias em prol da saúde em detrimento do tipo de profissional, podendo ser utilizado por médicos, enfermeiros, odontólogos e outros profissionais de saúde” (Dalmaso *et al.*, 2016, p.84).

A partir de 2011, com a publicação da Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, o programa foi ampliado com a implementação de novas ferramentas digitais de apoio, a passou a ser denominado Telessaúde Brasil Redes, que consolidou a telemedicina como uma ferramenta estratégica dentro do SUS, oferecendo, além de atendimento remoto, capacitações a profissionais de saúde, para que estivessem mais preparados a atender as demandas locais (Nilson *et al.*, 2018). Com isso, o Programa Telessaúde Brasil contribui de forma ainda mais abrangente para a redução das desigualdades no acesso à saúde e a otimização dos recursos do SUS.

Essa iniciativa é hoje uma das estratégias principais do Programa SUS Digital e utiliza tecnologias digitais para oferecer teleatendimento, de forma complementar à consulta presencial. Essa ferramenta facilita o acesso a médicos especialistas, reduzindo filas de espera e agilizando diagnósticos e tratamentos. Além disso, é uma forma eficiente de acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, garantindo que eles possam receber orientação de profissionais de saúde sem precisar sair de casa (Brasil, s.d.).

Para que a promoção de ações abrangentes e que tenham por finalidade atender às demandas da sociedade, a partir do Sistema Único de Saúde – SUS, o Governo pode implementar medidas efetivas por meio de políticas públicas. Essas políticas podem incluir a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos, o fortalecimento das redes de atenção básica, o incentivo à pesquisa e inovação na área da saúde, além da criação de programas de

prevenção e promoção da saúde. Também é possível investir em estratégias que garantam maior equidade e acessibilidade aos serviços de saúde, promovendo a inclusão social e assegurando o direito de todos ao atendimento de qualidade.

Esclarece Duarte e Castro (2023), que as políticas públicas são ações planejadas e executadas pelo Estado, voltadas para atender às necessidades e demandas sociais, econômicas e culturais da população. Elas representam um conjunto de decisões e estratégias adotadas por governos para resolver problemas coletivos e promover o bem-estar social. Algumas de suas características essenciais incluem a natureza coletiva, ou seja, seu impacto é destinado a atender a sociedade como um todo; a relação com interesses públicos, focando em demandas legítimas da população; e a interação entre múltiplos atores, como órgãos governamentais, organizações sociais e instituições privadas. Além disso, políticas públicas devem ser avaliadas continuamente, garantindo eficiência, eficácia e adaptabilidade diante de mudanças no contexto socioeconômico.

No campo da saúde, as políticas públicas são instrumentos fundamentais para promover o acesso universal e equitativo aos serviços, um princípio central do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a necessidade de atender às demandas população independentemente de sua localidade, e nesse contexto, o das TICs em conjunto com os preceitos da telessaúde mostra-se como uma alternativa bastante viável.

Com efeito, pode-se depreender que a busca pela implementação da telessaúde em meio ao sistema público de saúde, como uma política pública que almeja aumentar e melhorar o acesso a esse direito, depende de planejamento do Poder Público; ademais, trata-se de iniciativa complexa que se relaciona à consecução de direito fundamental, por isso deve ser continuamente estimulada, diante da exigência incessante da população por prestações dessa natureza (Duarte e Castro, 2023, p. 423).

A implementação da telessaúde como política pública tem sido uma estratégia importante para atingir esse objetivo, especialmente em um país com dimensões continentais como o Brasil. A telessaúde, ao incorporar tecnologias da informação e comunicação (TICs), permite a realização de consultas, diagnósticos, monitoramento e capacitações a distância, sendo fundamental para melhorar a acessibilidade aos serviços de saúde em áreas remotas ou desassistidas.

Exemplos concretos da incorporação da telessaúde em políticas públicas incluem o programa Telessaúde Brasil Redes, que integra o SUS para facilitar o acesso a serviços médicos especializados. Essa política, alinhada com iniciativas globais, visa reduzir desigualdades

regionais, melhorar a qualidade do atendimento e promover a formação contínua de profissionais de saúde.

A definição e implementação de políticas públicas voltadas à telessaúde têm possibilitado sua consolidação como uma ferramenta estratégica. Regulamentações, como a Resolução nº 2.314/2022 do Conselho Federal de Medicina, estabelecem diretrizes para a prática da telemedicina, garantindo a segurança e a ética nos atendimentos.

Araújo, Queiroz e El Aouar (2023) complementam que essa resolução regulamenta a prática da telemedicina no Brasil, definindo-a como o exercício da medicina mediado por tecnologias de comunicação. Publicada em 29 de setembro de 2022, a resolução estabelece diretrizes para consultas, diagnósticos, monitoramento e interconsultas a distância, promovendo segurança para médicos e pacientes. O documento enfatiza a importância do sigilo profissional, o consentimento informado do paciente e a necessidade de registros adequados das interações.

Com essa regulamentação, o CFM busca ampliar o acesso à saúde, principalmente em áreas remotas, ao mesmo tempo em que garante padrões éticos e técnicos no uso da telemedicina no país. Portanto, a relação entre políticas públicas e a implementação da telessaúde evidencia seu potencial transformador na construção de um sistema de saúde mais justo, acessível e sustentável, reforçando a importância do planejamento e da gestão pública no enfrentamento das desigualdades.

Cesário *et al.* (2024) explica que a telessaúde é uma iniciativa criada com o intuito de expandir os serviços de saúde no Brasil, utilizando tecnologias da informação (como internet e telefone). Ela se tornou essencial para o aprimoramento e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos dias atuais. Seus principais objetivos incluem o aumento da disseminação de informações e serviços em regiões de difícil acesso, a diminuição da quantidade de pacientes nas unidades de saúde, prevenindo a sobrecarga das instalações e dos profissionais, e consequentemente reduzindo custos. Além disso, contribui para a diminuição do risco de contaminação desnecessária e para a redução do tempo de espera por atendimento, o que resulta em uma maior qualidade nos serviços prestados.

Para Duarte e Castro (2023), a busca pela implementação, ampliação e pleno funcionamento da telessaúde revela o tema como uma política pública que busca além de prover maior acesso à saúde, também oferecer atendimento de melhor qualidade, para os autores:

Com efeito, pode-se depreender que a busca pela implementação da telessaúde em meio ao sistema público de saúde, como uma política pública que almeja aumentar e melhorar o acesso a esse direito, depende de planejamento do Poder Público; ademais, trata-se de iniciativa complexa que se relaciona à consecução de direito fundamental,

por isso deve ser continuamente estimulada, diante da exigência incessante da população por prestações dessa natureza (Duarte; Castro, 2023, p. 423).

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na saúde, especialmente por meio da telemedicina, oferece inúmeros benefícios, mas ainda enfrenta desafios importantes. Entre eles, destacam-se a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada, capacitação de profissionais e pacientes, além de garantir a segurança e a privacidade das informações médicas. Para Belber *et al.* (2021), esses obstáculos incluem, também, a ampliação do acesso à internet em regiões mais isoladas e a formação de profissionais habilitados para lidar com essas tecnologias. Essas demandas indicam a necessidade de políticas públicas mais direcionadas e integradas que promovam a equidade no acesso e incentivem o uso eficaz das TICs nos cuidados de saúde.

Apesar das dificuldades, a implementação das TICs na telemedicina tem transformado a forma como o cuidado em saúde é oferecido, contribuindo para a criação de um sistema mais acessível, eficiente e integrado. Contudo, barreiras tecnológicas e sociais, como a exclusão digital e a falta de infraestrutura em áreas remotas, continuam a limitar seu alcance e eficácia.

Do ponto de vista político, iniciativas como o Telessaúde Brasil Redes mostram potencial, mas enfrentam desafios relacionados ao financiamento insuficiente e à resistência cultural em algumas regiões. Para consolidar o uso das TICs na saúde pública, é fundamental investir em inclusão digital, financiamento adequada, infraestrutura de qualidade e formação de recursos humanos, permitindo que essas ferramentas alcancem sua plena capacidade de transformar o sistema de saúde no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no sistema de saúde brasileiro, particularmente através da telemedicina e por meio do programa Telessaúde Brasil Redes, evidencia-se como uma solução necessária para enfrentar os desafios impostos por um país de dimensões continentais e marcados pela desigualdade regional no acesso aos serviços de saúde. Os resultados desta pesquisa reforçam a ideia de que, ao possibilitar consultas, diagnósticos, monitoramento remoto e capacitação profissional a distância, as TICs promovem maior acessibilidade e contribuem para reduzir custos operacionais, otimizar o uso de recursos públicos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Essas vantagens demonstram que a incorporação das TICs ao Sistema Único de Saúde (SUS) é um passo essencial para transformar o modelo de atendimento em um instrumento mais equitativo.

No entanto, os desafios destacados nos resultados também evidenciam limitações que ainda precisam ser superadas. Entre eles estão a falta de infraestrutura tecnológica em regiões remotas, a exclusão digital enfrentada por comunidades com pouco ou nenhum acesso à internet, além da resistência cultural e institucional em adotar a telemedicina como uma prática regular. Essas barreiras revelam uma necessidade de formulação de políticas públicas mais abrangentes, que incluam mais investimentos na melhoria da infraestrutura de comunicação e no desenvolvimento de habilidades tecnológicas tanto de profissionais de saúde quanto da população em geral.

A discussão também apontou que a telemedicina é um instrumento relevante na integração do atendimento à saúde em áreas rurais e periféricas, onde a presença de médicos especialistas é limitada. Por meio de iniciativas como consultas à distância, telediagnósticos e orientações em tempo real, as TICs oferecem soluções práticas para diminuir as desigualdades no acesso à saúde.

Apesar dessas conquistas, a resistência cultural à adoção de novas tecnologias permanece uma questão significativa. Essa resistência reflete-se tanto em profissionais que ainda não se sentem à vontade com o uso de ferramentas digitais quanto em pacientes que possuem baixa familiaridade com plataformas tecnológicas. Isso ressalta a importância de implementar políticas educacionais voltadas à inclusão digital, promovendo treinamentos regulares que possibilitem a todos usufruírem plenamente das vantagens oferecidas pelas TICs.

Outro aspecto relevante discutido foi o impacto financeiro positivo gerado pela telemedicina. O uso dessas tecnologias contribui para a redução de deslocamentos necessários para consultas presenciais, diminuindo custos tanto para os pacientes quanto para as instituições de saúde.

A regulamentação da telemedicina no Brasil, especialmente através da Resolução nº 2.314/2022 do Conselho Federal de Medicina, foi importante para promover a consolidação dessa prática. A definição de diretrizes claras para consultas, diagnósticos e monitoramentos remotos, bem como a ênfase na segurança das informações e na ética profissional, garante um ambiente mais seguro e confiante tanto para profissionais quanto para pacientes.

A utilização das TICs no Sistema Único de Saúde (SUS) já demonstra resultados positivos, evidenciando resultados promissores na amplificação do acesso à saúde, na melhoria da qualidade dos atendimentos e na otimização de recursos. Além disso, as potencialidades dessas tecnologias ainda precisam ser amplamente exploradas para maximizar seus benefícios. Apesar dos desafios que persistem, como a infraestrutura limitada e a necessidade de maior capacitação de profissionais, as TICs se mostram uma solução viável para abordar diversos

problemas no setor de saúde, contribuindo para um sistema mais inclusivo, eficiente e resolutivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisca Noeme Moreira de; QUEIROZ, Marcelo Victor Alves Bila; EL AOUAR, Walid Abbas. Telemedicina, telessaúde e digitalização: revisão sistemática utilizando o protocolo prisma (2020-2022). **Revista de Administração em Saúde**, v. 23, n. 91, 2023. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/350>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. 1977.

BELBER, Gisele Silvestre et al. Contribuições do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes na formação de recursos humanos na atenção básica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 1198-1219, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22634>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.314, de 29 de setembro de 2022**. Dispõe sobre a atuação do médico no exercício da telemedicina no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 set. 2022. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2022/2314_2022.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Página Oficial do Ministério da Saúde [s.d.]**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/sus-digital/telessaude>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CEZÁRIO, Laís Renata Almeida et al. Telessaúde no Brasil: uma revisão de escopo. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 48, n. 2, p. 209-224, 2024. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/4010>. Acesso em: 18 jan. 2025.

DALMASO, Daniele Fraga et al. Experiência no acolhimento dos profissionais do Programa Mais Médicos no Estado do RS. In: **12º Congresso Internacional da Rede Unida**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54386>. Acesso em: 17 jan. 2025.

DUARTE, Luciana Gaspar Melquíades; CASTRO, Yuran Quintão. Telessaúde como política pública de saúde. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 25, n. 136, p. 471-448, 2023. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/2965>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HARZHEIM, Erno et al. Telessaúde como eixo organizacional dos sistemas universais de saúde do século XXI. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1881-1881, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1881>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina . **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAPÃO, Luís Velez *et al.* Roteiro estratégico para a telessaúde na CPLP: diagnóstico e prioridades para o desenvolvimento da telessaúde. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, v. 15, p. 65-73, 2016. Disponível em:
<https://anaisihmt.com/index.php/ihmt/article/view/108>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MALDONADO, Jose Manuel Santos de Varge; MARQUES, Alexandre Barbosa; CRUZ, Antonio. Telemedicina: desafios à sua difusão no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00155615, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/54bg8d5mfWmCC9w7M4FKFVq/?lang=pt>. Acesso em 20 jan. 2025.

NILSON, Luana Gabriele et al. Telessaúde: da implantação ao entendimento como tecnologia social. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 5, n. 1, p. 33-47, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.univali.br/index.php/rbts/article/view/13400>. Acesso em: 15 jan. 2025.